



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **4001462-21.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**  
 Requerente: **ADEMILSON SOARES NORBERTO**  
 Requerido: **Santander Financeira S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,  
 parte final, da Lei nº 9.099/95,

### DECIDO.

Estão preenchidos os pressupostos para a aplicação  
 ao caso em pauta da regra do art. 285-A do Código de Processo Civil, tomando em conta as  
 inúmeras ações que tramitam por este Juízo a respeito do mesmo assunto.

Assim, dispenso a citação da ré e profiro desde logo  
 sentença de mérito, reproduzindo o teor da anteriormente prolatada nos feitos 1119/2012,  
 1257/2012, 1259/2012, 567/2012, 977/2012, entre outros:

*“Existem em curso neste Juízo centenas de ações que discutem contratos de  
 financiamento, abordando a abusividade de algumas de suas cláusulas.  
 Tais ações, de cunho repetitivo, voltam-se em linhas gerais contra a estipulação de  
 tarifas bancárias e contra os juros cobrados, inserindo-se nesses temas o debate  
 travado nos presentes autos.*

*Quanto às tarifas bancárias, meu posicionamento pessoal era o de reconhecer a  
 ilegalidade das cláusulas que as contemplam, porquanto não haveria lastro à sua  
 cobrança e elas afrontariam disposições do Código de Defesa do Consumidor.  
 Todavia, destaco que a mais recente jurisprudência do Colendo Superior Tribunal  
 de Justiça aponta para direção contrária, considerando legítima estipulação dessa  
 natureza a menos que haja demonstração cabal da abusividade do valor cobrado a  
 tal título em relação à taxa média do mercado que comprove o desequilíbrio  
 contratual.*

*Podem ser assinaladas a respeito, dentre outros exemplos, as decisões proferidas  
 no AgRr no REsp nº 1.061.477, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, e no  
 AgRg no REsp Nº 897.659/RS, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**.  
 Mais especificamente a propósito das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de  
 emissão de carnê (TEC), assim se posicionou aquela Corte:*

*“Passa-se ao exame da legitimidade da cobrança de tarifas bancárias para a  
 análise e abertura de crédito e emissão de boletos.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

*O Conselho Monetário Nacional – CMN, fazendo uso das atribuições outorgadas pela Lei 4.959/1964, expediu um conjunto de atos normativos visando à regulamentação da cobrança de tarifas bancárias, dentre as quais destacam-se as Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007.*

*A Resolução 2.303, de 275/7/1996, vedou a cobrança de tarifas por alguns serviços prestados pela instituição bancária ao consumidor, tais como; fornecimento de cartão magnético ou talonário de cheques; substituição de cartão magnético; expedição de documentos destinados à liberação de garantias de qualquer natureza; devolução de cheques, exceto por insuficiência de fundos; manutenção de contas de depósitos de poupança, à ordem do poder judiciário e de depósitos em consignação de pagamento; e fornecimento de um extrato mensal.*

...

*Esse ato normativo foi revogado pela Resolução 3.518/2007, que previu, em seu art. 1º, que a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras, que devem estar previstas no contrato firmado com o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente por ele autorizado ou solicitado.*

*Outrossim, dividindo os serviços bancários em essenciais, prioritários, especiais e diferenciados, vedou a cobrança de tarifa daqueles serviços considerados essenciais, que são relativos à movimentação de depósitos à vista e de poupança, tais como: o fornecimento de cartão de débito, dez folhas de cheques por mês, quatro saques por mês, compensação de cheque, duas transferências, consultas via internet e dois extratos.*

**Sob esse enfoque, evidencia-se que a tarifa de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas e sendo consideradas como remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor que busca a concessão de mútuo, podem ser livremente pactuadas por ocasião da contratação, contanto que efetivamente previstas.**

**Por isso que a jurisprudência desta Corte se alinha no sentido de que tais tarifas somente são reputadas ilegais ou abusivas quando demonstrado, de forma objetiva e cabal, a vantagem exagerada extraída por parte do agente financeiro – a redundar no desequilíbrio da relação jurídica”** (STJ-REsp nº 1.246.622, rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO** – grifei).

*A conclusão, portanto, é a de que a cobrança dessas tarifas em princípio não padece de vício, salvo como já assinalado se houver demonstração objetiva de abusividade em relação à taxa média do mercado que comprove o desequilíbrio contratual.*

*Passo a acolher tal entendimento, até porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça é o responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o país, atuando como última instância do Poder Judiciário para as causas infraconstitucionais e como órgão de convergência da Justiça comum.*

*Ressalvo, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de igual modo em recentes tem-se pronunciado dessa mesma maneira: cf. Apelação nº 0011271-69.2010.8.26.0482, 13ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **FRANCISCO GIAQUINTO**, j. 28.03.2012; Apelação nº 9000705-98.2008.8.26.0506, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **EDUARDO SIQUEIRA**, j. 28.03.2012.*

*Bem por isso, e revendo meu entendimento anterior, tomo como válida a estipulação das tarifas bancárias trazidas à colação aqui e nos processos de início aludidos à minguia de demonstração objetiva de abusividade em relação à taxa*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

*média do mercado que comprove o desequilíbrio contratual.*

*Ademais, idêntica orientação há de ser perfilhada para as outras tarifas discutidas, como as de avaliação de bem, de serviços de terceiros (ou taxa de retorno), gravame eletrônico, custo com registro e contratação de seguro (quanto a esta, inclusive, não vislumbro prejuízo ao autor diante da obrigatoriedade de realização da cobertura em caso de sinistro).*

*O raciocínio para elas há de ser o mesmo expressa e especificamente consagrado para as de abertura de crédito e de emissão de carnê, não se enquadrando nenhuma delas nas vedações constantes das normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e inexistindo comprovação de abusividade em face da taxa média do mercado que ocasionasse desequilíbrio entre as partes.*

*Já no que concerne à alegação de abusividade dos juros cobrados ou da cobrança da comissão de permanência, anoto que a validade desta está consagrada na Súmula nº 294 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, enquanto não se demonstrou satisfatoriamente que a taxa de juros pactuada fosse abusiva ou dissonante da taxa média do mercado, enquanto a capitalização dos juros não se ressentisse de vício.*

*A capitalização dos juros, a seu turno, é possível porque encontra fundamento no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36.*

*É nessa direção a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:*

*“O fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si só não implica abusividade; impõe-se sua redução somente quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado para operações da mesma espécie. Nas operações realizadas pelas instituições financeiras permite-se a capitalização dos juros na periodicidade mensal quando pactuada, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17 (31.3.00).” (AgRg no REsp 879.902/RS, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, Terceira Turma, j. 19.06.2008).*

*“Nos contratos bancários celebrados após a vigência da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (reeditada sob o nº 2.170/36), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que pactuada e após sua publicação que foi em 31/03/200.” (AgRg no REsp 824.847/RS, Rel. Min. **NANCY ANDRIGHI**, Terceira Turma, j. 16.05.06).*

*Por fim, os tributos, a exemplo do IOF, são devidos, sendo lícita sua cobrança”.*

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**